

## DOCUMENTAÇÃO

### **A esquerda social-liberal de Valls enfurece o socialismo tradicional**

Em França, o Partido Socialista tenta reinventar-se, enquanto o presidente François Hollande e o primeiro-ministro Manuel Valls impulsionam um plano de reformas para reanimar uma economia estagnada. Ambas as mudanças deparam com resistências: o PS é o último partido socialista de um país importante europeu que tem pendente a sua renovação, e as reformas económicas têm sido até ao momento muito limitadas, em contraste com o que fizeram outros países durante a crise.

A situação política francesa obriga a esquerda a renovar-se ou a morrer. Desde a sua eleição em 2012, a popularidade de Hollande caiu até um mínimo de 13 %. Ao mesmo tempo, os socialistas perderam as eleições para a direita e a Frente Nacional nas municipais (março de 2014), nas europeias (maio de 2014) e para o Senado (setembro de 2014). Perante esta evolução, Manuel Valls, no seu primeiro discurso ao conselho nacional do PS, a 14 de junho desse ano, afirmava: “Sentimos que chegámos talvez ao final de um ciclo histórico para o nosso partido”, e reconhecia que “a esquerda nunca foi tão débil” como agora na história da V República. “Sim, a esquerda pode morrer”, advertia, caso não se renove.

#### **O pragmático Valls**

O panorama económico não é mais encorajador. Com um desemprego que resiste a baixar dos 10 %, uma economia estagnada e um défice público de 4,4 % que preocupa Bruxelas, o governo decidiu-se por um plano de liberalização económica. Trata-se de oferecer estímulos às empresas, mesmo que isto signifique romper com abordagens ideológicas de “uma esquerda antiquada”, como a classifica Valls. Os objetivos são, acima de tudo, melhorar a competitividade e o emprego.

Valls, que nunca ocupou cargos relevantes no partido, não tem problemas em proclamar a sua inclinação por uma esquerda “pragmática, reformista e republicana”. Resiste mesmo a chamá-la de “socialista”, e declara que não acharia inconveniente em mudar o nome do partido.

Na sua opinião, tem de se superar os tabus ideológicos, que levaram a esquerda a muitos fracassos por não se adaptar aos novos tempos. “A esquerda que escolhe soluções de ontem para resolver problemas de hoje engana-se no combate”, assegura.

#### **Um plano de liberalização**

Um discurso que provoca agitação nos socialistas clássicos, mas que cai bem nos meios empresariais. O plano elaborado pelo novo ministro da Economia, Emmanuel Macron, de 37 anos, ex-banqueiro, apresenta-se como um meio para eliminar os aspetos de rigidez do sistema e favorecer a competitividade, de modo a estimular o crescimento.

O plano chamado Pacto de Responsabilidade implica cortes de 50 000 milhões de euros nos próximos três anos. Haverá cortes em despesas sociais, na administração estatal e nas coletividades locais. Irão baixar as taxas das profissões regulamentadas (notários, médicos, farmacêuticos...) e será simplificada a legislação para a construção de habitações, de modo a criar novos negócios e abertura de estabelecimentos comerciais aos domingos. Serão vendidos ativos do Estado num valor entre 5 000 e 12 000 milhões de euros.

Com estes ajustamentos, será possível uma baixa para as empresas de 41 000 milhões de euros em impostos e descontos sociais entre 2014 e 2017, e uma baixa fiscal para nove milhões de famílias.

Embora o plano de liberalização pudesse ter sido avalizado pela direita, deve ter-se em conta que não prevê medidas que foram a pílula amarga das reformas noutros países: nem cortes salariais, nem alterações no subsídio de desemprego, nem aumento da idade de reforma, que em França continua a acontecer na precoce idade de 60 anos (quando se descontou durante 40 anos).

Com estes parâmetros, a França continuará a ter um défice público de 4,3 % em 2015, quando a Comissão Europeia lhe exigia 3 %. O governo francês disse que não fará mais cortes, porque pensa que um excesso de austeridade pode travar o crescimento. Mas a realidade é que o excesso de despesa pública até agora tão-pouco permitiu a impulsão económica.

## Conflito interno no partido

O plano, plasmado já num corte de 21 000 milhões no orçamento para 2015, não é realmente tão audacioso. Mas originou um conflito interno no partido, entre a ala socialista clássica e a social-liberal agora representada por Hollande e Valls. A expressão mais notória foi que 36 deputados rebeldes se abstiveram na votação do projeto orçamental de 2015, atribuindo ao governo “falta de diálogo” para introduzir emendas. Mas Valls, que já prescindiu de um anterior ministro da Economia por resistir às suas ideias, não parece disposto a aceitar compromissos.

Dentro do PS, os críticos da política económica do governo encontraram um ponto de referência na ex-ministra Martine Aubry, primeira-secretária do partido até 2012, e que disputou a Hollande a candidatura para o Eliseu em 2011. Embora agora não seja parlamentar, Aubry deu um passo em frente ao declarar que partilha as propostas dos críticos e que “tem de se acabar com as velhas receitas liberais”.

Estes deputados socialistas rebeldes diziam num apelo na universidade de verão do PS: “A vocação da esquerda é levar a esperança, não arriscar-se a uma renúncia contínua, ou desculpar-se sempre pelo que somos. Ao afastar-nos dos nossos compromissos, estamos a dividir-nos. Ao esquecer-los, ficamos a perder. Os aplausos do Medef (a organização patronal) nunca serão o critério do nosso sucesso”.

No outro lado da barricada, Manuel Valls não tinha quaisquer problemas em afirmar a 27 de agosto de 2014: “Gosto das empresas”, perante um auditório de centenas de empresários, que o despediram com uma salva de palmas.

## De esquerda, mas não socialistas

Será a política de Hollande e de Valls ainda de esquerda, perguntava o Le Monde (17.9.2014) a dois economistas, expoentes das diferentes sensibilidades do PS: Jacques Attali, mais próximo da viragem liberal dos socialistas no poder, e Bernard Maris (assassinado no massacre do “Charlie Hebdo”), representante de uma esquerda social keynesiana. Para Maris, o projeto de Valls e de Hollande aceita que o capitalismo é insuperável. O pragmatismo, o realismo, o social-liberalismo que se impõem hoje, “não deixam lugar para o sonho socialista, que consistia em prolongar a grande revolução dos direitos do homem e da liberdade por uma dimensão social”. O que preocupa Valls é “o combate que a França deve fazer neste mundo de competição económica permanente, para encontrar o seu lugar entre as nações”.

Mas, não é este o modo de lutar contra o desemprego, objetivo a que Hollande fez atribuir o sucesso ou fracasso da sua gestão? Neste aspeto, afirma Attali, a esquerda e a direita não

se diferenciam muito. “Em França, tanto a esquerda como a direita pensaram sempre, sem o dizer, que mais vale ter desempregados bem pagos, do que trabalhadores mal pagos. Na Alemanha, tanto a esquerda como a direita fizeram a escolha oposta”.

Para Attali, haveria que reformar a formação permanente, e dar prioridade à educação e à formação profissional. Maris, pelo contrário, pensam que se tem de alterar os contratos laborais, pois 80 % dos contratos de hoje são temporários. Em França, como em Espanha, a grande diferença de hoje encontra-se entre os trabalhadores com contrato indefinido e os que têm contrato temporário, sempre na corda bamba.

Cada ala socialista acusa a outra de “antiquada” e de contribuir para a ascensão da Frente Nacional, que, de momento, é a força política que está a avançar. Em todo o caso, o PS deverá demonstrar que ainda é competitivo na política nacional.

I. A.

## Os italianos confiam em Renzi, um heterodoxo de esquerda

Em 8 de dezembro de 2013, Matteo Renzi ganhou as primárias do Partido Democrático (PD) com 67,5 % dos votos e converteu-se no secretário nacional do partido de centro-esquerda. Tinha na altura só 38 anos, era presidente do município de Florença e provinha da direita do PD. Três meses depois, diz a sua biografia oficial, “no seguimento da demissão de Enrico Letta e de uma esmagadora votação da direção do PD, converteu-se no Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, o mais jovem desde que foi concretizada a unificação de Itália”.

## O político mais popular

O governo Renzi lançou um amplo programa de reformas, tanto no campo constitucional (reforma radical do Senado) como eleitoral (nova lei) e laboral (maior flexibilidade dos contratos), e tem gozado da confiança dos italianos: segundo uma sondagem da Ixè para Agora publicado em novembro, recebia 43 % das preferências, embora tivesse 48 % um mês antes. E Renzi era o político mais popular de Itália de modo claro: 45 % dos italianos confiavam nele. Em comparação, somente 15 % confiavam em Silvio Berlusconi.

O maior resultado do governo de Renzi começou por ser a grande vitória nas eleições europeias de maio de 2004. O PD teve 40,8 % dos votos, número nunca alcançado por um partido de esquerda italiano. E outro ponto positivo: a partir desse mês

de maio, o governo entrega todos os meses 80 euros aos trabalhadores com rendimentos anuais entre 8 174 e 24 000 euros. Medida populista, sem grandes efeitos na reativação da economia, tendo servido sobretudo para pagar algumas dívidas ou fazer algumas compras, mas que, sem dúvida, beneficiou 10 milhões de italianos.

## Entendimento com Berlusconi

No entanto, os piores inimigos de Renzi estão no seu próprio partido. A esquerda do PD, a minoria à qual pertencem os antigos secretários D'Alema e Bersani, considera-o um hereje que, à força de querer levar o partido para o centro, o está a levar para a direita. "Pouco a pouco, a diferença entre esquerda e direita desaparece", afirma Pippo Civati, um dos líderes da minoria. "É um *crescendo* contra os sindicatos, os intelectuais, a velha guarda, um martelar contínuo".

Segundo Civati, a reforma eleitoral que Renzi quer fazer levará ao nascimento de um partido único de centro, "uma grande força que dominará o sistema. De fora, ficará uma direita contrária ao euro e contra tudo. E uma esquerda que será esmagada e que renunciará aos seus traços reformistas". Renzi, afirma Civati, "converte-se assim num líder nacional-popular, sem ideologia, que golpeia sempre mais vezes a esquerda".

Para lá destas profecias apocalípticas, o que a esquerda do PD não suporta é a boa relação de Renzi com Berlusconi. Pouco depois da sua escolha como secretário, discutiu com Berlusconi o seu programa de reformas e chegou a um acordo com o líder da Forza Itália que é conhecido como o "pacto do Nazareno" (do nome do edifício onde se encontra a direção do Partido Democrático). E durante os primeiros meses de governo, Renzi e Berlusconi encontraram-se pelo menos sete vezes.

Uma atitude totalmente heterodoxa no líder de um partido que, desde há vinte anos, tem baseado a sua estratégia política na luta contra Berlusconi e tudo o que este representa. Numa entrevista televisiva, D'Alema dizia: "Berlusconi está totalmente conquistado por Renzi, escolheu-o como seu herdeiro. Mas se o político mais destacado da oposição tem assim tanto apreço pelo chefe do governo, há algo que não está a funcionar bem". E segundo Civati, Berlusconi "está a apoiar Renzi, vê-se em mil ocasiões, não reconstrói o centro-direita, e demonstra estar muito mais disponível do que antes para manter os acordos". Civati acusa igualmente Renzi de não admitir a discussão no seio do PD e de convocar a direção depois de fazer os seus acordos com Berlusconi, quando já está tudo decidido: "para isto, seria melhor convidar Berlusconi a ir aos conselhos de direção do PD", afirma.

Sim, é verdade que existem semelhanças entre Renzi e Berlusconi. Ambos têm empatia, dão-se muito bem na televisão, apresentaram-se como promotores de uma reforma radical que irá mudar a Itália e a retirará do seu sono, são os príncipes encantados que vão despertar a bela adormecida. E no

programa de Renzi figuram algumas das propostas eleitorais do passado de Berlusconi. A favor de Renzi existe a idade, e contra Berlusconi os seus reiterados problemas com a justiça. Mas é inegável que falam a mesma linguagem e que se entendem. E isso pode ser bom para a Itália.

## Mudanças no Senado e lei eleitoral

A principal reforma de Renzi é a transformação do Senado numa Câmara das Autonomias sem eleição direta dos senadores. O atual sistema político italiano consiste num bicamarário perfeito: Câmara dos Deputados e Senado têm iguais poderes, as leis devem ser aprovadas por ambas as câmaras; por exemplo, se a Câmara dos Deputados modifica um projeto já aprovado pelo Senado, este tem de regressar à Câmara Alta, os governos têm de receber a aprovação de ambas as câmaras, etc. Este sistema alonga muito o tempo necessário para a tramitação das leis.

O segundo projeto é a reforma da lei eleitoral. São criadas 100 circunscrições, em vez das 75 atuais, há um prémio de maioria à lista que alcança 40 % dos votos, e estabelece-se um limiar mínimo (neste ponto não houve acordo com Berlusconi, ficando baixo como Renzi queria – 3 % – para favorecer os seus aliados centristas, pois Berlusconi propunha 8 %). Não haverá coligações, sendo que esses 3 % são por partido. Os números 1 das listas serão fixos – não submetidos a preferências. Este ponto foi criticado pela minoria do PD, pois queria que também os números 1 fossem objeto de preferências. A reforma foi aprovada em maio de 2015.

## A reforma do contrato de trabalho

O terceiro ponto de Matteo Renzi é a reforma do sistema laboral, e especialmente do artigo 18 do estatuto dos trabalhadores. Além de oferecer uma série de vantagens fiscais aos empresários que contratem trabalhadores – durante três anos não terão de pagar descontos sociais–, quer reformar o Estatuto dos Trabalhadores, que data de 1970. Sobre o mercado do trabalho, Renzi vê na Alemanha "um modelo, não o nosso inimigo".

O artigo 18 refere-se a que em caso de sentença laboral contrária à empresa, esta tem a obrigação de readmitir o trabalhador. A ideia de Renzi é que, com uma indemnização adequada, as empresas não tenham essa obrigação. O artigo 18 aplica-se só aos contratos sem prazo e em empresas com mais de 15 trabalhadores.

Renzi diz que o debate sobre o artigo 18 é ideológico: "Em Itália, os casos que se resolvem sobre a base do artigo 18 são aproximadamente 40 000 por ano, e 80 % terminam com um

acordo. Dos restantes 8 000, só cerca de 3 000 são os que o trabalhador perde. Estamos a discutir algo que afeta 3 000 pessoas por ano num país com 60 milhões de habitantes”. Mas tanto a esquerda do PD como os sindicatos são radicalmente contrários a esta reforma.

Renzi assegura que uma maior flexibilidade laboral fomentará a contratação, especialmente dos jovens. Mas alguns economistas pensam que se as empresas não contratam é por falta de procura interna ou externa, e que o efeito económico da mudança laboral pode ser insignificante. Os empresários gostaram dos planos do governo, e foi muito comentado um jantar organizado por Renzi com recolha de fundos para o partido, a 1 000 euros por cabeça, que teve lugar em Roma e no qual participaram muitos empresários.

Os sindicatos, pelo contrário, opuseram-se. A CGIL, a maior central sindical italiana, efetuou em 12 de dezembro de 2014 uma greve geral de 8 horas contra a reforma laboral e a política económica do governo. Não deixa de ser paradoxal que esta central sindical de origem comunista e tradicionalmente ligada ao PD, faça uma greve contra um governo deste partido, protesto secundado também por outra central sindical, a UIL. Pelo contrário, outra das três principais centrais sindicais, a CISL, opôs-se à greve, e limitou-se a um protesto dos funcionários públicos a 1 de dezembro.

Em março de 2015, a reforma laboral de Renzi acabou por ser aprovada.

A partir de agora, a reintegração obrigatória do trabalhador só ocorrerá no caso de despedimento discriminatório ou de dispensa disciplinar, se a justiça não reconhecer a existência do facto motivador.

Nas outras situações, o empregador pagará uma indemnização crescente de acordo com o tempo de serviço do trabalhador (dois salários por ano trabalhado, com um mínimo de quatro mensalidades e um máximo de 24).

Para as pequenas empresas, esses valores mudam para um vencimento por cada 12 meses de serviço, com um mínimo de dois salários e um máximo de seis.

A legislação aprovada também aumentou o período de subsídio de desemprego e a parcela da população abrangida pelo benefício.

M. C.